

Bernardino rebate acusações de fraude

DA REDAÇÃO

O ex-secretário de Saúde do Distrito Federal Arnaldo Bernardino rebateu ontem as denúncias de irregularidades ocorridas durante a sua gestão no órgão. Segundo ele, não procede a informação de que o Hospital Santa Juliana, em Samambaia, recebeu 98% do total de recursos pagos por internações encaminhadas pela Secretaria de Saúde.

O ex-secretário explicou que o número se refere a comparações realizadas apenas entre o Santa Juliana e os hospitais Santa Lúcia, Clínica Daher e Unimed Taguatinga. Segundo ele, além desses, oito instituições também recebiam pacientes: Pronto Norte, Santa Helena, Carpe Vie, Santa Marta, Santa Luzia, Anchieta, Brasília e Hospital Geral Ortopédico.

Na edição de ontem, o **Correio** publicou trechos de um dossiê produzido por auditores do Ministério da Saúde, que estão subsidiando as investigações da Polícia Federal sobre favorecimento ilícito na contratação de serviços do Hospital Santa Juliana.

Bernardino destacou que o período avaliado pelos auditores coincidiu com o surgimento de

vários casos de hantavirose no Distrito Federal, e que apenas o Santa Juliana não se recusou a receber estes pacientes. O ex-secretário negou ainda que sua irmã, Adaísa Alves de Moura, então diretora financeira do hospital, intermediasse qualquer tipo de favorecimento. "Em nenhum momento (*ela*) pleiteou qualquer tipo de regalia para essa instituição", disse.

Sem participação

Outra informação contestada por Bernardino refere-se a supostas fraudes no pagamento de faturas. O ex-secretário explicou que não participava ou interferia no processo: "A comprovação do serviço e o pagamento são atestados por setores específicos da secretaria."

No relatório divulgado pelo **Correio**, os auditores do ministério concluíram "que houve, de fato e comprovadamente, favorecimento ilícito". Na quinta-feira, o ex-secretário não foi encontrado pela reportagem para comentar o teor do dossiê. Bernardino deverá depor na Polícia Federal. A Câmara Legislativa também pretende apurar as denúncias. Foi aprovada a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), ainda não foi instalada.